

Recomendação nº 089/07 (2IND)

Nova Versão

Recomendação

Pela promoção da saúde e do conhecimento científico a nível municipal

ENT/3260/AML/19
08/11/2019 18:30:12

Considerando que:

As designadas medicinas alternativas ou não-convencionais cobrem um largo espectro de práticas de base empírica e conhecimento consolidado muito diversos.

As medicinas alternativas têm diferentes graus de plausibilidade e de evidência, sendo que num extremo temos a homeopatia, que não tem qualquer efeito, e no extremo oposto a osteopatia que, dependendo da sua origem e de como é praticada, tem algumas evidências de melhoria em condições específicas, muito embora fracas, em casos de patologias como a dor lombar crónica ou enxaqueca.

Outra das medicinas alternativas é a medicina tradicional chinesa (MTC) que diz respeito a um conjunto variado de terapias oriundas da China. A MTC, pelas suas práticas, pode acarretar perigos não só para a saúde humana como para a biodiversidade. A MTC, baseada em parte na superstição, recorre a partes ou à totalidade de animais em situação frágil ou em vias de extinção, não tendo em conta o bem-estar animal e contribuindo para o desequilíbrio dos ecossistemas.

A acupuntura é uma das práticas da MTC que ao longo das últimas décadas tem vindo a ser objeto de escrutínio científico. Baseia-se na circulação de uma suposta energia vital pelo nosso corpo através de "meridianos": o "chi". No entanto, até ao momento, nem esta energia foi mensuravelmente obtida, nem os meridianos foram anatomicamente ou fisiologicamente detectados. Milhares de ensaios clínicos foram já realizados e as evidências do seu efeito são praticamente nulas.

Existem inúmeras outras práticas que são consideradas Medicinas Alternativas. Em alguns casos, estas práticas encontram-se mesmo refutadas pelo acervo do modelo científico experimental em diversas disciplinas, enquanto noutros o discurso de algumas disciplinas supostamente alternativas inclui a defesa de práticas declaradamente nocivas.

O poder político não deve atribuir credibilidade a práticas medicinais que não encontram qualquer respaldo na evidência científica. Este exercício é irresponsável, podendo, no limite, ser perigoso para a saúde e bem-estar da população.

Da mesma forma, e num momento em que o conhecimento científico é posto em causa em várias vertentes, por exemplo, movimentos anti-vacinas e movimentos de negação da evidência científica das alterações climáticas, é especialmente perigoso que

entidades públicas validem através da sua conduta e através do investimento de fundos públicos, práticas que contrariam expressamente a evidência científica mais avançada.

As entidades públicas devem ter na sua missão a promoção da saúde e de práticas que estejam de acordo com o conhecimento científico, devendo ter a máxima prudência quanto ao apoio a práticas não comprovadas cientificamente.

A Câmara Municipal de Lisboa tem, reiteradamente, promovido ou de alguma forma apoiado eventos temáticos dedicados a estas medicinas alternativas, nomeadamente no âmbito do Dia Municipal das Medicinas Naturais - dia esse criado no seguimento da aprovação de uma recomendação apresentada pelo PAN nesta Assembleia em 2015. Este dia tem sido assinalado anualmente, a 15 de Julho, com um evento onde decorrem aulas e *workshops* das várias práticas já referidas, entre outras. Noutro exemplo, a Câmara cede um espaço municipal para a realização do 3º Ciclo de Palestras “Novas Terapias para o Corpo e para a Mente”, um evento onde as palestras incidem sobre, por exemplo, leitura da aura, descrita como “uma terapia que permite ao leitor aceder ao corpo energético de que o corpo físico se reveste”.

Os Serviços Sociais da CML mantêm também protocolos de comparticipação de consultas e tratamentos de medicinas alternativas com “clínicas” desta área, revelando não apenas tolerância às práticas em causa mas um incentivo explícito ao recurso às mesmas.

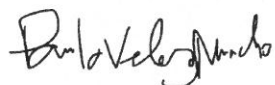
Assim, os Deputados Municipais signatários propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 12 de Novembro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:

1. Que reconheça o valor do conhecimento científico para a tomada de decisões informadas, orientando-se pelo modelo de Políticas baseadas na Ciência e na Evidência - tanto a nível da saúde, da educação ou da ecologia;
2. Que não sejam disponibilizadas consultas de homeopatia e medicina tradicional chinesa como complemento na área da saúde por parte de qualquer entidade municipal e que se termine a comparticipação existente a estas práticas;
3. Que a Câmara Municipal de Lisboa deixe de promover de forma ativa eventos relacionados com este tipo de práticas;
4. Que se crie e promova uma “Feira Municipal” dedicada ao Conhecimento, incluindo a Ciência, a Medicina, a Tecnologia e a Inovação, numa estreita

parceria entre o município, as Universidades, a Agência Nacional Ciência Viva, Empresas e Associações locais;

5. Que se criem campanhas de informação à população sobre as melhores práticas ao nível da saúde.

O Deputado Municipal



A Deputada Municipal

